



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

LEI Nº 10.238, DE 23 DE JUNHO DE 2021

Autógrafo nº 140/2021 – Projeto de Lei nº 158/2021

Dispõe sobre a retirada, nos termos que especifica, de eventuais ônus, encargos ou condições impostos na alienação de imóvel do Município autorizada pela Lei nº 147, de 8 de novembro de 1951, em favor do Lar Juvenil Araraquarense Domingos Savio.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, Estado de São Paulo, com fundamento no inciso IV, primeira parte, do “caput” do art. 112, da Lei Orgânica do Município de Araraquara, de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal em sessão ordinária de 22 de junho de 2021, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica permitida a retirada de eventuais ônus, encargos ou condições constantes do instrumento de alienação de imóvel do Município constante de Matrícula nº 50.222, registrada no Livro nº 2 – Registro Geral, do Primeiro Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araraquara, autorizada pela Lei nº 147, de 8 de novembro de 1951, em favor do Lar Juvenil Araraquarense Domingos Savio, CNPJ 43.970.789/0001-16.

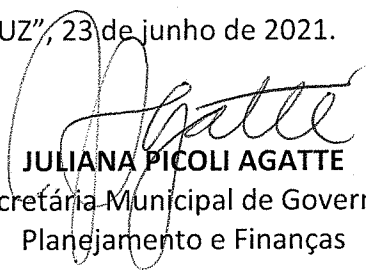
Art. 2º A retirada dos ônus, encargos e condições impostas previstas no “caput” deste artigo destina-se exclusivamente ao Lar Juvenil Araraquarense Domingos Savio, CNPJ 43.970.789/0001-16, na condição de proprietário do imóvel constante de Matrícula nº 50.222, registrada no Livro nº 2 – Registro Geral, do Primeiro Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araraquara.

Parágrafo único. Todos os emolumentos, custas, tributos ou preços públicos inerentes à retirada dos ônus, encargos ou condições de que trata esta lei deverão ser integralmente assumidos pelo Lar Juvenil Araraquarense Domingos Savio, vedado qualquer dispêndio por parte do Município.

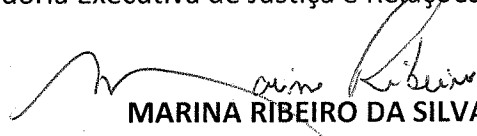
Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “PREFEITO RUBENS CRUZ”, 23 de junho de 2021.


EDINHO SILVA
Prefeito Municipal


JULIANA PICOLI AGATTE
Secretária Municipal de Governo,
Planejamento e Finanças

Publicada na Coordenadoria Executiva de Justiça e Relações Institucionais na data supra.


MARINA RIBEIRO DA SILVA
Coordenadora Executiva de Justiça e Relações Institucionais

Arquivada em livro próprio. (“RAP”).